

Capítulo I

Disposições Gerais

Artigo 1º

1. A Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, n.º 147/99 de 1 de Setembro, regula a criação, competência e funcionamento das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) em todos os concelhos do país, valendo como lei geral da república.
2. A **Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Cinfães** constituída ao abrigo da portaria n.º 853/2006 de 23 de Agosto adiante designada por CPCJ rege-se pelo presente Regulamento.

Artigo 2º

Natureza

1. De acordo com o disposto no n.º 1 do Art. 12º da Lei 147/99, a CPCJ é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações susceptíveis de afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.
2. A CPCJ intervém subsidiariamente em relação às entidades com competência em matéria de infância e juventude, tal como definidas na Lei de Protecção.

A CPCJ intervém, se necessário, após a intervenção das entidades vocacionadas para a resolução de problemas específicos, designadamente hospitais e polícias.

3. A CPCJ exerce as suas atribuições em conformidade com a lei e delibera com imparcialidade e independência.

Artigo 3º

Competência Territorial

A CPCJ exerce a sua competência na área do município onde tem sede.

Capítulo II

Composição e Funcionamento

Artigo 4º

Local de Funcionamento

A CPCJ funciona no seguinte local: *Casa dos Outeirinhos – Outeirinhos 4690 – 032 Cinfães*

Artigo 5º

Modalidades de Funcionamento da CPCJ

A CPCJ funciona em modalidade alargada e modalidade restrita, adiante designadas comissão alargada e comissão restrita.

Artigo 6º

Composição da Comissão Alargada

1. Nos termos do n.º 2 da Portaria de instalação, a CPCJ é constituída pelos seguintes elementos:
 - a) Um representante do município;
 - b) Um representante do Instituto de Segurança Social;
 - c) Um representante dos serviços locais do Ministério da Educação;

- d) Um médico, em representação dos serviços da saúde;
 - e) Um representante de uma instituição particular de solidariedade social que desenvolve actividades de carácter não institucional;
 - f) Um representante de instituições particulares de solidariedade social que desenvolve actividades de carácter institucional;
 - g) Um representante das associações de pais;
 - h) Um representante de uma associação ou organização privada que desenvolve actividades desportivas, culturais ou recreativas destinadas a crianças e jovens;
 - i) Um representante da associação de jovens ou de serviços da Juventude;
 - j) Um ou dois representantes das forças de segurança;
 - k) Quatro pessoas designadas pela Assembleia Municipal;
 - l) Os técnicos os cidadãos com especial interesse pelos problemas da infância e juventude, que venham a ser cooptados pela comissão.
2. O representante do Ministério Público é convidado a estar presente nas reuniões, de acordo com o protocolo de cooperação, celebrado em 10 Janeiro de 2001, entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Justiça.

Artigo 7º

Membros Suplentes

1. Os serviços, organismos e entidades com representação na CPCJ devem indicar os membros suplentes que, nas faltas e impedimentos dos membros efectivos os deverão substituir.
2. O membro suplente substitui o representante efectivo nos seus impedimentos.
3. Se o representante efectivo de uma entidade faltar continuamente às reuniões da comissão alargada por um período superior a seis meses consecutivos, o Presidente solicita à referida entidade que nomeie o seu substituto como membro efectivo.
4. Se o representante efectivo de uma entidade faltar a quatro reuniões consecutivas da comissão restrita, o Presidente solicita à referida entidade que nomeie o seu substituto como membro efectivo.

5. Nas situações previstas nos números 3 e 4 do presente Artigo a entidade representada nomeia um novo membro suplente.

Artigo 8º

Competências da Comissão Alargada

1. A Comissão Alargada constitui-se como um *fórum* de discussão e reflexão sobre as problemáticas da infância e juventude, em geral, e, em particular, da comunidade onde se insere.
2. São competências genéricas da comissão alargada:

2.1 Desenvolver acções de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem e respectivas famílias, que são genericamente a sensibilização da população para a problemática da criança e do jovem em perigo; o diagnóstico das necessidades e dos recursos existentes; o desenvolvimento de acções de prevenção do risco infantil e juvenil direccionadas para problemáticas específicas.

Bem como colaboração, quando solicitados para tal na Comissão Restrita, para acções complementares de acompanhamento de casos.

2.2 Delibera sobre a integração de técnicos cooptados, face às necessidades específicas em termos de valências técnicas, para as diferentes dimensões de intervenção da CPCJ, bem como a articulação com outras instituições que não integrem a CPCJ.

2.3 Promove a articulação com outras parcerias já existentes, nomeadamente Núcleo Local de Inserção (Rendimento Social de Inserção), e Conselho Local de Acção Social (Rede Social).

2.4 Calendariza as actividades da CPCJ e define os diversos procedimentos que regulamentam o seu funcionamento ordinário.

3. São competências específicas da comissão alargada:

- a) Informar a comunidade sobre os direitos da criança e do jovem e sensibilizá-la para os apoiar sempre que estes conheçam especiais dificuldades;
- b) Promover acções e colaborar com as entidades competentes tendo em vista a detecção dos factos e situações que, na área da sua competência territorial, afectem os direitos e interesses da criança e do jovem, ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação ou educação ou se mostrem desfavoráveis ao seu desenvolvimento e inserção social;
- c) Informar e colaborar com as entidades competentes no levantamento das carências e na identificação e mobilização dos recursos necessários à promoção dos direitos, do bem-estar e do desenvolvimento integral da criança e do jovem;
- d) Colaborar com as entidades competentes no estudo e elaboração de projectos inovadores no domínio da prevenção primária dos factores de risco e no apoio às crianças e jovens em perigo;
- e) Colaborar com as entidades competentes na constituição e funcionamento de uma rede de acolhimento de crianças e jovens, bem como na formulação de outras respostas sociais adequadas;
- f) Dinamizar e dar parecer sobre programas destinados às crianças e aos jovens em perigo e respectivas famílias;
- g) Analisar a informação semestral relativa aos processos iniciados e ao andamento dos pendentos na comissão restrita;

- h) Aprovar o relatório anual de actividades e avaliação elaborado pelo Presidente e enviá-lo à Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, à Assembleia Municipal e ao Ministério Público;

Artigo 9º

Funcionamento da Comissão Alargada

1. A CPCJ reúne em plenário ou em grupos de trabalho, bimensalmente,

podendo reunir com periodicidade inferior àquela, quando o cumprimento das suas funções assim o exija.

2. Reuniões Plenárias.

- a) As convocatórias são sempre feitas pelo Presidente, ou pelo Secretário nos seus impedimentos, e são remetidas com, pelo menos 8 dias úteis de antecedência, excepto nos casos de reuniões extraordinárias em que aquele prazo é reduzido a 5 dias úteis.
- b) Sempre que uma reunião seja solicitada pela maioria simples dos membros da CPCJ, fica o Presidente obrigado a convocá-la.
- c) Das convocatórias das reuniões consta a ordem de trabalhos.
- d) A comissão alargada a reunir em plenário apenas poderá funcionar quando nas reuniões se encontrar presente o Presidente ou o Secretário e a maioria dos membros designados (ou dos seus suplentes).
- e) Em caso de falta de *quórum*, será convocada nova reunião que poderá funcionar com um terço dos membros designados.
- f) Após 3 faltas consecutivas às reuniões da comissão alargada, por qualquer dos seus membros, serão tais faltas, e as seguintes, comunicadas à entidade que o elemento em causa representa na CPCJ.
- g) A CPCJ delibera por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.
- h) Para que uma decisão seja considerada válida, é necessária a presença do Presidente (ou do Secretário no seu impedimento) e da maioria dos membros da comissão alargada.

3. Grupos de Trabalho.

- a) Os grupos de trabalho são constituídos por decisão do plenário da CPCJ.
- b) Auto-organizam-se em função do trabalho a desenvolver.
- c) Apresentam relatórios com a periodicidade de 6 meses, a analisar em plenário da CPCJ.

Artigo 10º

Composição da Comissão Restrita

1. A comissão restrita é composta sempre por um número ímpar, nunca inferior a cinco, dos membros que integram a comissão alargada.
2. Segundo os n.ºs 2 e 3 do Art. 20º da Lei de Protecção, são por inerência membros da comissão restrita:

- O Presidente da CPCJ;
- O representante do Município;
- O representante da Segurança Social;

A indicação de pelo menos um dos restantes membros deverá ser feita de entre representantes de instituições particulares de solidariedade social, ou organizações não governamentais.

3. Os membros da comissão restrita são escolhidos de forma que esta tenha uma composição interdisciplinar e interinstitucional, incluindo sempre que possível pessoas com formação nas áreas de serviço social, psicologia, direito, educação e saúde.
4. Na reunião Plenária realizada no dia 10/08/2006 foram designados os seguintes elementos que compõem a CPCJ a funcionar na modalidade restrita:
 - a) Um representante do Município
 - b) Um representante do Instituto da Segurança Social;
 - c) Dois representantes da Assembleia Municipal;
 - d) Um representante da educação;
 - e) Um Representante das forças de segurança (GNR);
 - f) Quatro técnicos cooptados;
 - g) Um cidadão com especial interesse pelos problemas da infância e da

juventude

5. Por deliberação da comissão alargada, poderá ser alargado o número de elementos na comissão restrita, respeitando sempre o previsto no n.º 1 do Art. 20º.

Artigo 11º

Competências da Comissão Restrita

1. A Comissão Restrita é o núcleo executivo da Comissão de Protecção de Criança e Jovens, composto por representantes dos serviços públicos, das instituições da comunidade e por membros cooptados, com competência para promover a intervenção na comunidade e técnica, sempre que uma criança e jovem esteja em perigo.
2. Os membros da Comissão Restrita responsabilizam-se pelo funcionamento da CPCJ, obrigando os serviços que representam, no âmbito das competências respectivas.

Os membros da Comissão Restrita, designadamente os representantes do Estado, responsabilizam-se pelo funcionamento da CPCJ no âmbito das competências respectivas.

3. Compete à Comissão Restrita:
 - a. Atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ;
 - b. Apreciar liminarmente as situações de que a CPCJ tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de protecção;
 - c. Proceder à instrução dos processos;
 - d. Solicitar a participação dos membros da comissão alargada nos processos referidos na alínea anterior, sempre que se mostre necessário;

- e. Solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
- f. Decidir sobre a aplicação, o acompanhamento e a revisão as medidas de promoção e protecção;
- g. Informar semestralmente a comissão alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos iniciados e o andamento dos processos pendentes.

Artigo 12º

Funcionamento da Comissão Restrita

1. O plenário da comissão restrita reúne com carácter obrigatório mínimo quinzenal, ou sempre que convocado pelo Presidente, ou no impedimento deste pelo seu substituto.
2. As convocatórias são sempre efectuada pelo Presidente, ou pelo Secretário nos seus impedimentos, e são remetidas com, pelo menos, 8 dias de antecedência, excepto nos casos de reuniões extraordinárias em que aquele prazo é reduzido a 1 dia.
3. Sempre que uma reunião seja solicitada pela maioria dos membros da comissão, fica o Presidente obrigado a convocá-la.
4. Caso possa ser assegurado o regime de permanência/contactabilidade permanente, a comissão restrita funciona em permanência, sendo estabelecido um sistema de rotatividade, de forma a interferir o menos possível com as rotinas das instituições representadas na CPCJ.
5. De forma a assegurar o regime de permanência/contactabilidade permanente, nomeadamente o sistema de rotatividade dos membros.
 - 5.1 Nos períodos nocturnos e de fim-de-semana as forças de segurança estarão em alerta e comunicarão as situações com a maior brevidade.
 - 5.2 Nos restantes períodos será assegurado o funcionamento, por equipas constituídas pelos membros da comissão, designadas previamente.

6. Os períodos de atendimento e informação às pessoas que se dirigem à CPCJ, serão:

Às segundas e quartas feiras das 9 às 12 horas.

7. A comissão restrita apenas delibera quando nas reuniões se encontrar presente o Presidente, ou o Secretário, e a maioria dos seus membros (ou dos seus suplentes).

8. A comissão restrita delibera por maioria de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 13º

Justificação de faltas

Se, não obstante o carácter prioritário das funções de membros da CPCJ, o dirigente do organismo ou serviço representado invocar razões para justificar a falta de um membro a qualquer reunião da Comissão, na sua modalidade restrita ou alargada, compete ao Presidente apreciar a referida justificação.

Artigo 14º

Actas

1. De cada reunião da comissão alargada é obrigatoriamente lavrada acta, que é remetida a cada membro da CPCJ, com a convocatória da reunião seguinte, sendo a mesma formalmente apreciada e aprovada na reunião seguinte.
2. De cada reunião da comissão restrita que implique deliberação de medidas previstas no Artigo 35º é lavrada acta, com salvaguarda dos dados de identificação dos processos.
3. A acta contém a identificação dos membros presentes, a ordem dos trabalhos e a indicação das deliberações tomadas por maioria ou por unanimidade e o

voto de vencido devidamente fundamentado.

Artigo 15º

Duração do Mandato

1. Os membros da CPCJ são designados por um período de dois anos, renovável.
2. O exercício de funções na CPCJ não pode prolongar-se por mais de seis anos consecutivos.
3. Os mandatos dos membros da CPCJ podem ser interrompidos, quando a entidade que representam deliberar a sua substituição por outro elemento.

Artigo 16º

Acompanhamento e Distribuição dos processos

A distribuição para acompanhamento dos processo será efectuada pelo Presidente, no respeito pelas valências dos membros da comissão restrita e dos técnicos envolvidos, segundo o tipo de temáticas a que respeitam os processo ou que deles já tivessem um conhecimento anterior.

Artigo 17º

Obrigaçã a sigilo

Todos os elementos que compõem a CPCJ estão obrigados a sigilo relativamente às crianças e jovens envolvidos, às suas famílias, e a tudo o que diz respeito ao acompanhamento dos seus processos.

Artigo 18º

Presidência da CPCJ

1. O Presidente da CPCJ é eleito pelo plenário da comissão alargada, de entre todos os seus membros.
2. O Presidente designa um membro da CPCJ para desempenhar as funções de Secretário.
3. O Secretário substitui o Presidente nos seus impedimentos.

Capítulo III

Apoio ao Funcionamento

Artigo 19º

Fundo de Maneio

1. O fundo de maneio atribuído a esta Comissão, em função do número de processos acompanhados.
2. Esta verba é gerida pela Segurança Social, em articulação com o Presidente da CPCJ.
3. Por forma a organizar o registo das despesas comportadas pelo fundo de maneio, serão efectuados os seguintes procedimentos:
 - Comunicar ao Presidente da CPCJ a intenção da utilização e aguardar autorização.
 - Apresentar facturas/recibos das despesas efectuadas ao Presidente da CPCJ.

Artigo 20º

Protocolo de Cooperação

1. Em função dos critérios definidos na operacionalização do Protocolo de Cooperação, celebrado entre a Associação Nacional dos Municípios Portugueses e os Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Justiça, o valor mensal atribuído a este Município é o proposto por este Protocolo.
2. O apoio logístico comportado pelo Município abrange, nomeadamente, os seguintes aspectos:
 - água
 - luz
 - telefone/fax
 - material consumível
 - equipamento informático
3. Outras cláusulas previstas no Protocolo de Cooperação para a modalidade de funcionamento restrita:
 - disponibilização de técnico e/ou funcionário administrativo;
 - cedência de viatura.

Capítulo IV

Disposições do Regulamento Interno

Artigo 21º

Entrada em Vigor do Regulamento Interno

O Regulamento Interno da CPCJ do concelho de Cinfães entra em vigor logo que

aprovado em reunião da comissão alargada.

Artigo 22º

Revisão do Regulamento Interno

1. Pode ser solicitada uma revisão do regulamento, pelo Presidente ou pela maioria dos membros designados da CPCJ.
2. Qualquer alteração a introduzir-lhe deverá ser aprovada em reunião da comissão alargada, por maioria.
3. Nos casos omissos, remete-se para a Lei nº 147/99, de 1 de Setembro.

